

**ALBIOMA ESPLANADA ENERGIA S.A.**  
 CNPJ: 29.915.125/0001-23

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**  
 Aos Administradores e Acionistas  
 Albioma Espanada Energia S.A.

**Opinião**  
 Examinamos as demonstrações financeiras da Albioma Espanada Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações financeiras elucidadas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Albioma Espanada Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**  
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**  
 A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nosso opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia

dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers  
 Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5  
 Adriano Formosinho Correia  
 Contador CRC 1BA029904/O-5

**Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2021	2020
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.974	19.990
Contas a receber	5	6.861	10.405
Partes relacionadas	11	5.457	659
Estoques	6	2.363	754
Adiantamento e despesas antecipadas	7	413	1.421
Tributos a recuperar		84	71
		<b>44.152</b>	<b>33.300</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósito judicial	8	466	-
Empréstimo consignado		-	101
Imobilizado	9	64.975	67.400
Intangível	9	57	17
Direito de uso		23	36
		<b>65.521</b>	<b>67.554</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>109.673</b>	<b>100.854</b>

**Demonstrações dos resultados**  
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Receita líquida	18	56.999	44.762
(-) Custo das mercadorias vendidas	19	(26.301)	(25.514)
<b>(=) Lucro bruto</b>		<b>28.698</b>	<b>19.347</b>
<b>(+/-) Despesas/receitas operacionais</b>			
Despesas comerciais	20	(312)	(305)
Despesas gerais e administrativas	21	(2.622)	(2.380)
Outras receitas/despesas	22	5.330	1.240
<b>(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>31.094</b>	<b>17.902</b>
Despesas financeiras	23	(4.835)	(3.454)
Receitas financeiras	23	1.006	167
<b>(=) Resultado financeiro líquido</b>		<b>(3.829)</b>	<b>(3.287)</b>
<b>(+) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>27.265</b>	<b>14.615</b>
(a) Provisão para IRPJ e CSLL diferidos		-	-
(b) Imposto de renda e contribuição social	24	(2.315)	(1.677)
<b>(=) Lucro líquido do exercício</b>		<b>24.950</b>	<b>12.938</b>
Quantidade de ações do Capital Social		20.247	20.247
Lucro por ação – em reais		1,23	0,64
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>24.950</b>	<b>12.938</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Passivo**

	Notas	2021	2020
<b>Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	9.237	8.355
Fornecedores	10	539	729
Partes relacionadas	11	312	90
Dividendos a pagar	17	11.852	-
Obrigações trabalhistas	13	790	708
Impostos e contribuições a recolher	14	787	1.032
Imposto de renda e Contribuição social	14	919	1.000
Adiantamentos de clientes	15	8	36
Passivos de arrendamento	16	30	39
		<b>24.474</b>	<b>11.989</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	35.069	43.775
Contas a pagar partes relacionadas	11	47	52
Obrigações trabalhistas	13	-	112
Adiantamentos de clientes	15	4.059	-
		<b>39.175</b>	<b>43.939</b>

**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>27.265</b>	<b>14.615</b>
<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>			
Depreciação e amortização	9	6.723	6.315
Baixa imobilizado	9	217	655
Encargos de empréstimos e financiamentos	12	4.902	3.399
Encargos sobre arrendamentos	15	2	5
Impostos sobre o lucro		(426)	(105)
		<b>38.684</b>	<b>24.884</b>
<b>Varição nos ativos e passivos operacionais:</b>			
Contas a receber		3.544	825
Tributos a recuperar		(13)	13
Estoques		(1.610)	(560)
Depósito judicial		(466)	-
Adiantamento e despesas antecipadas		1.109	(1.289)
Partes relacionadas		(4.581)	(1.940)
Fornecedores		(190)	(292)
Obrigações trabalhistas		(30)	270
Adiantamentos de clientes		4.031	(14)
Impostos e contribuições a recolher		(245)	412
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>40.233</b>	<b>22.309</b>
Juros pagos no período	12	(4.544)	(2.910)
Impostos sobre o lucro pagos		(1.970)	(1.202)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>33.719</b>	<b>18.197</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de imobilizado	9	(4.506)	(3.711)
Aquisição de intangíveis/bens de uso		(19)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(4.506)</b>	<b>(3.730)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Dividendos	(12.000)	(3.898)	-
Pagamento arrendamento	15	(47)	(47)
Captação de empréstimos e financiamentos	12	-	1.008
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	12	(8.182)	(500)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>		<b>(20.229)</b>	<b>(3.437)</b>
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa</b>		<b>8.984</b>	<b>11.030</b>
Caixa no início do período		19.990	8.960
Caixa no final do período		28.974	19.990
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa</b>		<b>8.984</b>	<b>11.030</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Patrimônio Líquido**

	Notas	2021	2020
Capital social	17	20.247	20.247
Reserva legal		2.676	1.429
Lucros a realizar		-	6.146
Reserva de lucros		23.102	17.104
		<b>46.025</b>	<b>44.926</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>109.673</b>	<b>100.854</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos resultados abrangentes**  
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>24.950</b>	<b>12.938</b>
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquidos dos efeitos tributários	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>24.950</b>	<b>12.938</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Subscrito	Reserva legal	Lucros a realizar	Reserva de Lucros (a)	Resultado do exercício	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>20.247</b>	-	-	<b>15.639</b>	-	<b>35.886</b>
Dividendos	-	-	-	(3.898)	-	(3.898)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.938	12.938
Constituição de Reserva Legal	-	1.429	-	(783)	(646)	-
Transferência entre reservas	-	-	6.146	6.146	(12.292)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>20.247</b>	<b>1.429</b>	<b>6.146</b>	<b>17.104</b>	-	<b>44.926</b>
Dividendos	-	-	(6.146)	(5.854)	(11.852)	(23.852)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	24.950	24.950
Reserva Legal	-	1.247	-	-	(1.247)	-
Transferência entre reservas	-	-	-	11.852	(11.852)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>20.247</b>	<b>2.676</b>	-	<b>23.102</b>	-	<b>46.025</b>

(a) Vide detalhes na nota 17 (c).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Contexto operacional**  
 A Albioma Espanada Energia S.A. (a "Companhia"), constituída em 1º de fevereiro de 2018, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no município de Goiânia, no estado Goiás e tem como atividade preponderante a produção e comercialização de energia elétrica à base de biomassa de cana de açúcar. A controladora da Companhia, denominada Albioma Participações do Brasil Ltda, está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.069, 13º andar, conjuntos 131 e 132, Condomínio Edifício Advantado Tower, Jardim Paulista, sediada na Cidade e no Estado do São Paulo.

Albioma Participações do Brasil Ltda, é controlada pela Albioma S.A., sociedade de capital aberto, listada na bolsa de valores no NYSE Euronext em Paris, com sede em Tour Opus 12, 77 Esplanade du Général de Gaulle, 92081, La Defense, na cidade de Puteaux, França.

A Companhia exportou na rede 150,2 GWh em 2021 (120,1 GWh em 2020). O volume de energia vendido em 2021 foi de 175,8 GWh (182,3 GWh em 2020). Por mais para atender os compromissos de venda de energia a Companhia comprou energia no mercado por um volume de 6,6 GWh (61,4 GWh em 2020). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 29 de abril de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro  
 (Valores expressos em milhares de reais)

**Seção A – Informações gerais**  
 1. **Contexto operacional**  
 A Albioma Espanada Energia S.A. (a "Companhia"), constituída em 1º de fevereiro de 2018, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no município de Goiânia, no estado Goiás e tem como atividade preponderante a produção e comercialização de energia elétrica à base de biomassa de cana de açúcar. A controladora da Companhia, denominada Albioma Participações do Brasil Ltda, está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.069, 13º andar, conjuntos 131 e 132, Condomínio Edifício Advantado Tower, Jardim Paulista, sediada na Cidade e no Estado do São Paulo.

Albioma Participações do Brasil Ltda, é controlada pela Albioma S.A., sociedade de capital aberto, listada na bolsa de valores no NYSE Euronext em Paris, com sede em Tour Opus 12, 77 Esplanade du Général de Gaulle, 92081, La Defense, na cidade de Puteaux, França.

A Companhia exportou na rede 150,2 GWh em 2021 (120,1 GWh em 2020). O volume de energia vendido em 2021 foi de 175,8 GWh (182,3 GWh em 2020). Por mais para atender os compromissos de venda de energia a Companhia comprou energia no mercado por um volume de 6,6 GWh (61,4 GWh em 2020). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 29 de abril de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

**2.1. Declaração de conformidade**  
 A preparação das demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas.

**2.2 Base de elaboração**  
 As demonstrações financeiras foram preparadas conforme às práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas.

**2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**  
 As seguintes alterações de normas ocorreram a partir de 1º de janeiro de 2021:

- Reforma da IBOR - Fase 2: alterações ao CPC 48, IAS 39/CPC 38 e CPC 40 "Instrumentos Financeiros", ao CPC 06(R2) - "Arrendamentos", ao CPC 11 "Contratos de Seguros".
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos".

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

**2.4 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19**  
 Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Neste cenário, a Companhia vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. Não houve mudança relevante nas avaliações feitas pela administração anterior à pandemia.

**2.5 Normas novas que ainda não estão em vigor**  
 As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para o seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:
  - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros;
  - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendamento das demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas.
  - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
  - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

**2.6 Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.

- **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis**: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis em mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro**: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

A administração está analisando os impactos das normas que ainda não estão em vigor, não há plano de antecipação de aplicação destas normas, de todo modo não há expectativa de impacto relevante nas demonstrações financeiras.

**3. Gestão de risco financeiro**  
 3.1 **Fatores de risco financeiro**  
 (a) **Risco de crédito**  
 Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	28.974	19.990
Contas a receber (Nota 5)	6.861	10.405
<b>Ativo circulante</b>	<b>35.835</b>	<b>30.395</b>

A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca ne-

gócios com aqueles que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de empréstimos e financiamentos junto a cada uma das instituições.

Não existe na história da Empresa registro de perdas em caixa e equivalentes de caixa.

**Contas a receber**  
 A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário através de contratos fomento até o ano de 2026, no volume total de 58.695 MWh de energia elétrica por ano, ao preço corrigido pela variação do IPCA (R\$ 293 por MWh em 2021, R\$ 281 por MWh em 2020).

**Perda por redução valor recuperável**  
 A Empresa não vê necessidade de constituir a provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre contas a receber de clientes, pois não foram identificados riscos significativos de eventuais perdas prospectivas no encerramento do exercício.

A avaliação por vencimento das contas a receber na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidos perdas por redução no valor recuperável era o seguinte:

	2021	2020
A vencer	6.861	10.405
	<b>6.861</b>	<b>10.405</b>

(b) **Risco de liquidez**  
 Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas aceitáveis ou risco de prejudicar a reputação

	2021	2020
Jalles Machado S.A.	8.099	8.099
Albionia Participações do Brasil Ltda	12.148	12.148
	<b>20.247</b>	<b>20.247</b>

**a) Reserva legal**

Do resultado do exercício, serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido. Deste saldo 5% (cinco por cento) será destinado para a constituição de reserva legal, até que esta atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social; a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. Em 2021, a Companhia regularizou o saldo da reserva legal, contabilizando os valores relacionados a 2021 e 2020.

**b) Dividendos**

O Estatuto Social prevê que do resultado do exercício 50% (cinco por cento) será revertido a título de dividendo obrigatório devido aos titulares de ações ordinárias, deduzidos dos eventuais dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio.

Para 2020, a Companhia encerrou o exercício com um lucro líquido de R\$ 12.938 e o valor destinado a dividendos obrigatórios encontram-se registrados na reserva de lucros a realizar, sujeito a aprovação da Administração parte dos Lucros a realizar no patrimônio líquido será destinado após a aprovação das contas em Assembleia Geral, enquanto isso ficará alocado no patrimônio líquido.

	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício 2020</b>	<b>12.938</b>	<b>12.938</b>
Reserva Legal - 5%	646	646
Lucros a realizar	6.146	6.146
Reserva de lucros	6.146	6.146
Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia encerrou o exercício com um resultado positivo não realizado de R\$ 24.950, dos quais tiveram a seguinte destinação:		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>24.950</b>	<b>24.950</b>
Reserva Legal - 5%	1.247	1.247
Dividendos obrigatórios 50%	11.852	11.852
<b>Reserva de lucros</b>	<b>11.852</b>	<b>11.852</b>

O valor destinado a dividendos obrigatórios encontram-se registrados no passivo circulante, sujeito a aprovação da Administração.

**18 Receita líquida**

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda, principalmente de energia elétrica, conforme abertura abaixo:

	2021	2020
Ambiente de contratação regulada - ACR	38.207	16.479
Ambiente de contratação livre - ACL	11.420	18.822
PROINFA	2.596	6.466
Câmara de comercialização de energia elétrica	6.129	4.768
Faturamento de energia elétrica - terceiros	59.352	46.535
Desconto	-	(51)
<b>Faturamento líquido de desconto</b>	<b>59.352</b>	<b>46.484</b>
Impostos e contribuições sobre o faturamento	(2.571)	(1.957)
	<b>56.782</b>	<b>44.527</b>

**19 Custo dos serviços prestados**

	2021	2020
Insumos para produção (a)	(2.377)	(936)
Movimentação de Biomassa	(1.392)	(1.008)
Energia elétrica (b)	(5.619)	(7.872)
Serviços de terceiros (c)	(4.093)	(3.625)
Aluguéis de máquinas e equipamentos	(268)	(156)
Insumos para manutenção e reparos	(2.548)	(2.027)
Gastos com pessoal	(3.983)	(3.463)
Tarifa de uso do sistema de distribuição	(580)	(1.294)
Depreciação	(6.672)	(6.265)
Ajustes de inventário (d)	(299)	-
Outros custos	(469)	1.231
	<b>(28.301)</b>	<b>(25.415)</b>

(a) Para atender aos compromissos de leilão emergencial foi preciso a aquisição no mercado de bagaço para a produção.

(b) Para atender os compromissos de venda de energia a Companhia comprou energia no mercado por um volume de 22,4 GWh (25,4 GWh em 2020). O resto da energia comprada se refere ao consumo próprio da Companhia.

(c) Serviços referente a manutenções preventivas e corretivas, sendo principalmente contatados no período de entressafra, ao início de cada ano.

(d) Ao final de 2021 foi contratado uma equipe de consultoria para realização da contagem física dos itens de almoxarifado e bens imobilizados. Após a finalização das contagens gerou um ajuste a ser contabilizado no valor de R\$ 217 nos ativos fixos (Nota 9) e R\$ 82 nos itens do almoxarifado.

**20 Despesas comerciais**

	2021	2020
Gestão e representação comercial	(72)	(57)
Outras despesas	(22)	(13)
	<b>(94)</b>	<b>(70)</b>

**21 Despesas gerais e administrativas**

	2021	2020
Despesas de ocupação	(75)	(66)
Utilidades	(91)	(98)
Serviços	(1.319)	(1.278)
Despesas com viagem e estadia	(27)	(24)
Despesas com veículos	(74)	(35)
Depreciações	(50)	(48)
Despesas com seguros	(494)	(430)
Despesas Tributárias	(462)	(383)
Outras despesas	(29)	(18)
	<b>(2.622)</b>	<b>(2.380)</b>

**22 Outras receitas operacionais líquidas**

	2021	2020
Venda de sucatas	120	23
Indenização safra (a)	5.506	688
Indenização seguros	(332)	528
Outras receitas	36	1
	<b>5.330</b>	<b>1.240</b>

(a) Valor se refere a provisão da safra de 2021 (nota 11).

**23 Resultado financeiro líquido**

	2021	2020
Despesas financeiras		
Juros s/ financiamento e empréstimos	(4.728)	(3.309)
Upfront Fees s/ financiamentos	(92)	(90)
Despesa financeira sobre arrendamentos	(2)	(5)
Outras despesas	(13)	(50)
	<b>(4.835)</b>	<b>(3.454)</b>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	886	161
Rendimentos judiciais	11	-
Outras receitas financeiras	109	6
	<b>1.006</b>	<b>167</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(3.861)</b>	<b>(3.287)</b>

**24 Imposto de renda e contribuição social do período**

A conciliação da despesa pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas pelo lucro presumido e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas recebíveis (sistema caixa)	68.375	68.375	48.098	48.098
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	5.470	8.205	3.848	5.772
Receitas financeiras	1.006	1.006	167	167
Demais Receitas	352	352	11	11
Base de cálculo	<b>6.828</b>	<b>9.563</b>	<b>4.026</b>	<b>5.950</b>
Alíquotas utilizadas	10% e 15%	9%	10% e 15%	9%

**Imposto de renda e contribuição social**

	1.683	861	981	532
Imposto diferido	(194)	(35)	123	42
<b>Imposto de renda e contribuição social do período</b>	<b>1.489</b>	<b>826</b>	<b>1.104</b>	<b>574</b>

**25 Compromissos de venda de energia elétrica**

A Companhia possui 24 contratos de fornecimento de energia em vigência com distribuidoras até o ano de 2026, no volume total de 58.695 MWh de energia elétrica por ano, ao preço corrigido pela variação do IPCA (R\$ 293 por MWh em 2021, R\$ 281 por MWh em 2020).

Comprador	Quantidade/ano (MWh)
AMPLA	1.588
BANDEIRANTE	2.848
CEA	236
CEAL	747
CELG	270
CELPA	1.447
CELPE	1.542
CEMAR	1.512
CEMIG DISTRIB	3.102
CEPISA	817
ENERGISA NA	69
COELBA	4.620
COELCE	983
COSERN	522
CPFL SANTA CRUZ	199
ELETROPÁULO	30.259
ENERGISA BO	85
ENERGISA MG	121
ENERGISA MS	1.556
ENERGISA PB	885
ENERGISA SE	540
ENERGISA TO	326
ESELSA	1.078
LIGHT	3.340
<b>Total</b>	<b>58.695</b>

A Companhia possui 7 contratos de fornecimento de energia em vigência com distribuidoras até o ano de 2040, no volume total de 75.336 MWh de energia elétrica por ano, ao preço corrigido pela variação do IPCA (R\$ 292 por MWh em 2021).

Comprador	Quantidade/ano (MWh)
CEA	20.199
CEAL	19.940
CEPISA	4.387
COELBA	7.976
COPEL DISTRIB	11.964
ELEKTRO	3.190
ESELSA	7.680
<b>Total</b>	<b>75.336</b>

**26 Seguros**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía cobertura de seguro de riscos operacionais contra incêndio, raios e explosões de qualquer natureza para determinadas edificações, equipamentos instalações, máquinas e estoque de bagaço de cana em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir lucros cessantes e eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Não faz parte do escopo dos trabalhos dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas apólices de seguros. A companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar suas apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava apólice de seguro contratada com terceiros para o grupo Albionia, sendo o limite máximo de indenização único, compartilhado por todos os locais de risco:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Biomassa	Danos Materiais em Biomassa, incluindo Fermentação Própria/ Combustão Espontânea / Reconstituição de Registros e Documentos	8.000
Máquinas, Móveis e Utensílios	Danos Materiais, incluindo Quebra de Máquinas, Danos Elétricos, Alagamento/ Inundação e Desmoronamento	266.263
	Danos Materiais em Linhas de Transmissão/ Bens do Segurado em Locais de Terceiros	27.143
	Roubo e Furtos Qualificados de Bens/Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistro/Erros e Omissões	37.000
	Inclusões/ Exclusões de Bens/ Locais e Alteração de Valores	15.000
Predio	Demolição e Aumento do Custo de Construção/ Pequenas Obras de Engenharia para Ampliações, Reparos e Reformas	13.000
	Despesas Extraordinárias	15.000
	Desentulho/Despesas de Combate a Incêndio/ Despesas de Descontaminação/Honorários de Peritos	24.000
	Impedimento de Acesso – limitado a 10 kms do local de risco	8.000
	Despesas de Agilização	15.000

**27 Benefícios a empregados**

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica e o fornecimento de transporte.

A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos, o Plano de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Não há outros planos de benefícios em vigor.

Remuneração de pessoal-chave da administração

Os montantes referentes a remuneração do pessoal-chave da administração durante o exercício foram pagos por outra empresa do grupo.

**28 Eventos subsequentes**

Não há eventos subsequentes que a administração tenha julgado necessário a divulgação.

**29 Resumo das principais políticas contábeis**

Seção D – Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistentes em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**29.1. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

**29.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

**29.3. Instrumentos financeiros**

a) A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria de empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento acima de 12 meses da data do balanço.

**b) Reconhecimento e não reconhecimento**

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos na data em que foram originados, inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**29.4. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras;
- tarifas bancárias;
- descontos obtidos; e
- despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

**29.5. Contas a receber**

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia elétrica no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD ou impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

**29.6. Estoques**

Os estoques são compostos basicamente por peças para reposição e manutenção dos equipamentos da Companhia e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

**29.7. Receita operacional**

A receita operacional da venda de energia elétrica no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades e baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

As receitas auferidas são decorrentes de venda de energia elétrica, no qual seu reconhecimento no resultado é feito através das medições da quantidade entregue no final de cada mês.

**29.8. Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**29.9. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras;
- tarifas bancárias;
- descontos obtidos; e
- despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

**29.10. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do "lucro presumido". Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de impostos de renda e da contribuição social, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretada na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

**(i) Reconhecimento e mensuração**

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**(iii) Custos de manutenção**

A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados no resultado do exercício em que ocorre a manutenção.

**(iv) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e no custo de produção. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, não ligados ao consórcio são as seguintes:

Descrição	Anos
Máquinas, equipamentos	10
Móveis e Utensílios Equipamentos de comunicação	10
Computadores e Periféricos	5
Ferramentas	5
Edificações	35
Instalações	10
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**29.8. Capital social**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

**29.9. Redução ao valor recuperável (impairment)**

(i) **Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; ou
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo